

danilo uzêda da cruz

O DELICADO REGRESSO

AS ESQUERDAS, LULA E O PT
NO RETORNO AO JOGO POLÍTICO



Copyright © 2021 – Danilo Uzêda da Cruz

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a expressa autorização.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração

Lucas Kalil

Ilustração capa

Danilo Senna Uzêda da Cruz

Produção Editorial

Carolina Dantas

Revisão

Luana Souza

Direitos desta edição reservados à Pinaúna Ideias Integradas Ltda.
(71) 98680-1048 • www.pinaunaeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C957d Cruz, Danilo Uzêda da

O Delicado Regresso: as esquerdas, Lula e o PT no retorno ao jogo político / Danilo Uzêda da Cruz. - Salvador : Pinaúna Editora, 2021.
112 p. : 15cm x 21cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-86319-39-2

1. Política. 2. Eleições. 3. Partidos políticos. 4. Brasil. 5. Lula. 6. Democracia. I. Título.

2021-3052

CDD 320.0981
CDU 32(81)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Política : Brasil 320.0981
2. Política : Brasil 32(81)

*Para meus filhos, Camila,
Danilo, Murilo e Maria.*

*Para meus pais, Josemar e
Odete, que estão superando
essa pandemia com muita
altivez e amor.*

*Meus irmãos, cunhados
e cunhadas, sobrinhos:
queridos sempre!*

À Lilian.

PREFÁCIO

*Fabricio Pereira da Silva*¹

Em tempos de negacionismos e genocídios, de desesperança e ignorância, nos quais permanece “a sensação de descer ladeira abaixo”, como este livro de Danilo Uzêda da Cruz é importante! É fundamental fazer análises de conjuntura e apontar caminhos. Se os cientistas políticos, de um modo geral, evitaram fazê-lo nas últimas décadas, foi por uma compreensão que considero errada de seu papel. Por definição, intelectuais são públicos, devem ocupar o espaço público. Pensar que a neutralidade é possível e desejável, ainda mais para um cientista da política, é aceitar uma concepção de ciência positivista, conservadora, que não nos serve se queremos transformar o mundo.

É certo que não temos a capacidade de profetizar. Porém é até possível acertar algumas previsões, se usamos os referenciais corretos, adequados à nossa realidade periférica e dependente. Wanderley Guilherme dos Santos, nosso maior analista, previu que o golpe de 1964 iria ocorrer, e apontou “quem iria dar o golpe”. Mais recentemente, se não estivéssemos tão viciados nos parâmetros teórico-metodológicos importados do Norte, até poderíamos ter previsto algo da devastação pela qual o Brasil tem passado. Todavia, preferimos acreditar em nossa democracia “consolidada” e em nosso sistema partidário estável. Aqui estamos, em meio à barbárie bolsonarista.

Danilo Uzêda nos oferece uma corda para se agarrar: este pequeno grande livro, muito corajoso, muito oportuno. Este livro pode ser lido de uma só vez, e é bom que seja lido logo, o mais rápido possível. Quem sabe ainda dê

¹ Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor da Maestria en Estudios Contemporáneos de América Latina da Universidad de la República (UdelaR). Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Pós-Doutor pelo Instituto de Estudios Avanzados da Universidad de Santiago de Chile (IDEA/USACH).

tempo de escutar e de processar alguns dos vários alertas emitidos pelo autor. Ele denuncia o avanço do autoritarismo, o golpe de 2016, os perigos que estão ali na próxima esquina. Porém seu principal ato de coragem neste momento é reconhecer erros do período lulista, e principalmente alertar para as dificuldades que deverá enfrentar uma nova etapa lulista se ela for marcada pelo “passadismo”.

Se procurar reeditar o passado glorioso de um Brasil de duas décadas atrás (que já não existe mais), o lulismo poderá no máximo bloquear o bolsorismo, o desmonte do Estado e da democracia, enquanto luta para concluir o mandato. Isso já não seria pouco. Frear a degradação, a necropolítica e o genocídio é o primeiro passo, fundamental. Contudo, dificilmente haverá condições estruturais de relançar algum projeto de futuro. Isto só seria possível, como aponta Danilo, com uma renovação das bases e das políticas públicas, com uma política de “frente ampla” de partidos e movimentos sociais, com um relançamento da participação e – acrescento – com muito povo nas ruas. Ainda há tempo?

Concordo, em linhas gerais, com a análise contida neste livro. Só tenho uma discordância, e como Danilo quer debater o bom debate, já começo por aqui. Creio que ele não dá o devido peso ao fator militar, e este fator especificamente implicará em dificuldades para a esquerda se eleger, assumir o governo e governar. O governo Bolsonaro é um governo militar – das Forças Armadas, das polícias e dos paramilitares (as milícias). Estes setores armados não aceitariam deixar o governo facilmente. Podem-se esperar as denúncias de fraude, os motins e a violência policial contra os manifestantes que saírem às ruas para garantir o respeito ao resultado eleitoral. Não podemos contar com nossas instituições em frangalhos como defesa. Será essencial (por meio de mobilizações e de negociações) produzir uma situação anterior às eleições que desmonte antecipadamente a tentativa de golpe que virá. Antes disso, que garanta a própria realização das eleições – a elegibilidade e a própria vida dos candidatos das esquerdas até lá.

E claro: além de quem detém as armas, há que se considerar também como Washington se portará. Mesmo com Biden, depois de tanto lavajatismo e lawfare apoiado desde fora (já em tempos de Obama), ainda cabe esperar para ver como iriam lidar com este “delicado regresso”.

Danilo destaca a necessidade de uma nova esquerda. Estou de acordo, enfatizando que é fundamental esta relação direta com “as massas” que ele chama (seguindo Chantal Mouffe) de “populismo de esquerda”. Para voltar a falar com o povão, deve-se disputar com as direitas temas como religiosidade, solidariedade, família, violência – se queremos uma esquerda realmente radical, popular e periférica.

Em meio à aparente contradição que cruza o debate latino-americano entre uma esquerda neodesenvolvimentista e outra ambientalista/identitária, é necessário encontrar pontes. Por um lado, não é mais possível se manter nos limites do desenvolvimento econômico ocidental, que está levando a humanidade a um beco sem saída, às portas do “fim do mundo”. Se deve pensar em desenvolvimentos alternativos para além do “desenvolvimento sustentável”, evitando reeditar à exaustão estratégias desenvolvimentistas depredadoras da natureza (reeditadas pelo lulismo inclusive).

Por outro lado, as alternativas a serem construídas devem ser explicitamente pós-capitalistas; preservar a questão classista como elemento central (conjugada a todas as outras formas de opressão, tendo em conta pensamentos indígenas, negros, feministas...); e reconhecer o papel incontornável do Estado, gerido a partir de práticas e instituições de democracia radical.

Pode-se dobrar a aposta na participação, e levar em conta que o povo sempre criou suas comunidades. As comunidades que se expressaram na América Latina através de organizações de moradores, ocupações de terra e moradia, caixas de auxílio mútuo, ligas camponesas, caracoles zapatistas, quilombos e palenques, llamadas de candombe, candomblés e santerías, afoxés, escolas de samba, cooperativas, ayllus, comunidades eclesiais de base, irmandades religiosas, movimentos indígenas, feiras, mutirões, empresas recuperadas...

É muito difícil? Mas é nossa obrigação. Danilo nos convida a poetar.

PREÂMBULO

Fiódor Dostoiévski, escritor do romantismo russo e europeu, que viveu entre 1821 e 1881, é criador de figuras literárias densas e intensas. Os romances desse autor costumam encher o leitor de júbilo e êxtase desde as primeiras páginas. Entretanto, o valor conferido ao preâmbulo por esse inesquecível romancista é, para este pequeno autor, que ora escreve, algo de sensível e imprescindível distinção. Dostoiévski dá uma dimensão ao preâmbulo pouco vista na literatura e quase nunca nos artigos científicos.

O escritor e pensador russo apresenta o ápice: o miolo e a trama crucial de forma honesta e característica nesse trecho de seus romances, que, comumente, é reservado às homenagens ou esconderijos da trama. A honestidade desse escritor não nos afasta da trama, antes pelo contrário. Ao dizer, de *prima facie*, as razões das figuras humanas integrantes de suas obras, seus sentimentos e desideratos, Dostoiévski nos amarra à trama, nos faz sofrer e sorrir com seus personagens vivos, cheirosos e tácteis.

Nossa intenção, com esse pequeno ensaio, não é de realizar novos julgamentos ou mesmo de, ao arrepio da história, apresentar fórmulas mágicas e paradigmáticas do agir político. Tampouco ensinamentos para a militância partidária. Pretendemos, com esse breve, porém trabalhoso texto, interpretar, por meio de jornais, blogs, notícias e referências teóricas, o trecho a ser percorrido pela esquerda brasileira, pelo Partido dos Trabalhadores e, particularmente, pelo ex-presidente Lula, caso deseje ser, novamente, a preferência nacional.

Também não se trata de um texto descomprometido. Há um compromisso democrático em cada linha, assim como um compromisso com a ciência política e com a história política recente. Ninguém que escreve sobre

ciência política pode, a essa altura da História, parafraseando nosso *amigo* russo, desconhecer sua posição política.

Há uma anedota, já conhecida nos meios de esquerda e difundida por Slavoj Žižek, em seu memorável discurso no movimento *Occupy Wall Street*², que gostaria de adaptar para fins deste preâmbulo, e, com ele, afirmar, honestamente, que estamos todos bem. Conta-nos Žižek que um trabalhador alemão consegue um emprego na Sibéria. Era sabedor que todas as suas cartas seriam censuradas, lidas e esgarçadas. Combina com seus amigos que enviaria cartas em tinta azul, no caso de notícias verdadeiras, em vermelho se fossem falsas. Meses depois, recebem seus amigos uma carta contando maravilhas sobre a Sibéria e sobre sua liberdade e o quão democrático é viver por lá. Entretanto, não havia canetas **vermelhas**.

Nos parece errôneo assistir em silêncio a esquerda insistir em uma agenda política que não movimenta o sistema político nem a política para fora do previsto, do quadro (e do quadrado), e, com isso, continuar a gritar em uma sala fechada apenas para seus próprios pares que, via de regra, publicamente, concordam entre si.

Não consigo imaginar outra imagem mais atraente e simbólica da mesmice que nos tornamos: carro de som, dirigentes sobre o palanque mais alto do carro, ao som de um reggae ou rap, com militantes seguindo em um culto inexplicável, animados com suas bandeiras e pinturas. Por que não há novidade nos instrumentos discursivos que dão vozes aos dirigentes? Não falam para o trabalhador e a trabalhadora precarizados, não distinguem o pai ou a mãe que se obriga a ser mais do que aprendeu (nessa sociedade machista!), não falam para a mulher que quer apenas justiça, sem odiar ninguém. Enfim, falam apenas para uma massa.

Lembro-me quando, em uma greve de estudantes universitários, após participarmos de uma reunião intensa com a reitoria da universidade, para dialogar sobre o agravamento dos problemas na Universidade, e saímos

² David Harvey reuniu os principais textos, discursos e participações de intelectuais, artistas e políticos no livro *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*, publicado pela Boitempo, em 2011. Para o discurso completo de Žižek, ver: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>.

de lá com uma agenda de compromisso com a Reitora, um jovem líder subiu ao palanque improvisado na escadaria da reitoria e conclamou a **massa** estudantil a permanecer ocupando a reitoria até que tudo fosse resolvido. Ora, falávamos de orçamento, de eleições para departamentos, de aquisição de novos livros para a biblioteca, de restaurante universitário, de mais vagas para a residência universitária, de aquisição de novos equipamentos, de pesquisa e estudos práticos, etc. No entanto, falávamos para os estudantes e não para uma **massa**. Essa diferença é crucial. Naquele momento, fizemos valer nossa hegemonia e convencemos, para desgosto de muitos, os estudantes a permanecer em greve, porém fora da reitoria.

Ao escrevermos em caneta vermelha, efetivamente, não estamos de costas para a história nem para a esquerda, mas olhando para setores do pensamento democrático que se escondem por detrás da própria sombra, das mesas de suas organizações, enquanto as populações se dilaceram para sobreviver. Também discorda este autor do discurso de que “não é tempo para dissensos”, que mais parece com a narrativa do bolo crescendo, para ser repartido em um futuro próximo³, do que com a leitura do *Manifesto Comunista*⁴.

Para converter esse poder organizativo em novas alternativas societais transformadoras, é preciso sentir o quão delicado é o regresso. Sendo assim, é bem verdade que a leitura do *18 de Brumário*⁵ nos parece ainda mais lúcida, do que a anterior, para que compreendamos, honestamente, a complexidade das sociedades contemporâneas, particularmente, daquelas sociedades caudatárias do capitalismo, resultado dos processos coloniais formais.

³ A frase é atribuída ao economista e ex-ministro do planejamento e da fazenda do período da Ditadura Militar, Delfim Neto. Em que pese Delfim ter afirmado que “a frase nunca saiu de minha boca”, em entrevista ao jornal o Globo (23/04/2014), essa era a metáfora categórica do milagre econômico brasileiro como bandeira do regime militar. Nem milagre, nem bolo, nem desenvolvimento, apenas sofrimento para as populações mais pobres. Esse foi o resultado.

⁴ O Manifesto do Partido Comunista (1848), de Marx e Engels, republicado recentemente pela Boitempo editorial (1998). Documento crucial e principal para o pensamento de esquerda não apenas pela lucidez analítica (sobre o) do capitalismo, (as) das classes sociais, como também pelo chamamento à união dos trabalhadores em oposição ao capital.

⁵ O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (1852), de Karl Marx. Ver edição lançada pela Boitempo em 2011. Nesse livro brilhante, o autor analisa a complexidade das classes trabalhadoras francesas na ascensão de Luís Bonaparte, como tragédia histórica.

Para isso, precisamos, todos e todas, enfrentar aquilo que nos atingiu no mais profundo âmagô e dilema dostoiévskiano, ou seja: faz-se necessário instigar as “verdades”, convencer-se da dúvida e, finalmente, colocar-se em movimento.

Há sempre um breve espaço para agradecimentos. Algumas leitoras e leitores do manuscrito sugeriram, criticaram e deram sentido ao texto final, cujas fragilidades estão mesmo nas dificuldades intelectuais do autor. Os professores, amigos e familiares leram criticamente o texto me permitindo dialogar mesmo diante desse contexto adverso de isolamento e crise na saúde pública.

Os professores e amigos, Eurelino Coelho, Maria Victória Espiñeira González, Ruy Aguiar Dias, Acácia Batista, Francisco Dutra, Sue Lammotto, Carlos Ávila, Gizela Doval, Elisabeth Ruano, Clóvis Zimmerman, Fabrício Pereira da Silva e tantos outros, leram trechos ou o texto na íntegra, possibilitando reflexões importantes. Agradeço ainda à Pinaúna Editora por mais esse projeto juntos.

Lilian que leu e ouviu muitos áudios meus de insights enviados tempestivamente ao seu WhatsApp, mesmo estando ambos na mesma casa, “para não perder o fio da meada”.

O autor

SUMÁRIO

Introdução	13
1 - O delicado regresso	20
2 - Um balanço das últimas eleições	39
3 - O bolsonarismo que habita a sociedade, também habita o Partido dos Trabalhadores?	53
4 - Porque não uma Frente Ampla?	63
5 - A renovação de políticas sociais	69
6 - Como viver no Brasil, na América Latina e no mundo pós COVID? ...	80
7 - Notas conclusivas e caminhos a percorrer. É preciso radicalizar a esquerda... PT o fará?	92
Referências.....	108



INTRODUÇÃO

Este ensaio recebeu uma provocação inicial. Não bastasse a realidade agressiva da política, o elogio ao ódio como prática de interação social e a crise da saúde pública após a Pandemia por Covid-19, temos que pensar ainda: “como será logo ali adiante”. Essa inquietação a mais se expressou como problema. Se o PT voltar ao poder, como será? O que restou do *lulismo*? Ou ainda: quais os caminhos para enfrentar o *bolsonarismo*, deles e os nossos?

A ciência política não é uma ciência de previsões do futuro, nem mesmo de algum futuro próximo. A realidade é dinâmica. Os discursos políticos e as estratégias são forjadas muitas vezes para um curto prazo, o que nos impede de realizar um prognóstico ao menos sensato. Ademais, não dispomos de meios – científicos – para prever o futuro, como tinha o *Dr. Emet Brown* em “De volta para o futuro” (1985), filme de Robert Zemeckis⁶.

Entretanto, há meios e metodologias para traçar cenários. Este livro-ensaio trata de cenários possíveis com o regresso ao jogo político do ex-presidente Lula. Ele aponta ainda aprendizados e horizontes desafiadores para a sociedade e para o sistema político, com ou sem o ex-presidente e o Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 2022.

Inicialmente, é preciso anotar que trabalhamos com duas perspectivas otimistas. A primeira é a de que a vacina chegará à maior parte da população, e, assim, o curso da vida poderá prosseguir, ao menos, com as contradições, as desigualdades tradicionais, e com as quais se podem enfrentar, debater e lutar. A outra perspectiva é que a democracia, mesmo

⁶ Na trama, os personagens vêm e vão inicialmente em uma busca para descobrir e desafiar a ciência. A bordo de um carro-máquina do tempo, esse desafio enfrenta problemas, que estão na própria realidade: as escolhas e o devir histórico.

cambaleante, seguirá garantindo, minimamente, o fluxo institucional. Isto é, a manutenção das eleições regulares, em que todos possam e estejam em condições de votar; a existência das garantias mínimas advindas do Estado; a preservação dos direitos civis e políticos, e ainda a persistência da liberdade de imprensa, entre outros (BOBBIO, 1984; DAHL, 2001). Sabemos, entretanto, que esse modelo democrático é insuficiente para o exercício da democracia (sobretudo, latino-americanos). Contudo, a possibilidade de retorno a regimes autoritários, logo nos acende um sinal vermelho.

Por outro lado, é indispensável anotar ainda algo que diz respeito ao próprio ensaio. Partimos da ideia, expressa por Mouffe (2019), de que é urgente a radicalização do pensamento progressista, bem como é necessária a criação de novos caminhos para a esquerda⁷. Com isso, a renovação do pensamento democrático poderá contar com elementos societais reais, a exemplo da experiência democrática dos países, e não apenas de bons referenciais teóricos que coloquem seus respectivos autores entre os aceitos. A crítica é condição irrevogável para o desenvolvimento político, social e cultural da sociedade. Nenhuma sociedade contemporânea realmente existente na história perdurou sem a crítica mais profunda das razões, dos sentidos, dos rumos. Reestabelecer um debate entre adversários, opositores, divergentes é uma das razões que nos levou a escrever esse ensaio.

Um professor-amigo me fez uma provocação em forma de brincadeira. Diante do contorno e centralidade dos debates políticos, diremos, na crítica necessária, “como era bom o nosso PT” ou “viu que isso ia dar errado?”. Apimentamos o problema na forma de questões que ainda não foram resolvidas. Qual será o Partido dos Trabalhadores que se apresentará às eleições de 2022, como força antagonista ao presidente Jair Bolsonaro? Nossa hipótese inicial é de que o Partido dos Trabalhadores será a única força nacional à direita, no centro, ou à esquerda capaz de enfrentar o bolsonarismo em 2022 e nos próximos anos.

⁷ Falar em “esquerda” fica cada dia mais complexo. As agendas, as ideologias e as práticas nos obriga a tipificar de **qual** esquerda estamos nos referindo ou falar no plural, dando conta de uma agenda progressista, dos debates de enfrentamento às desigualdades, à favor dos trabalhadores, bem como que empreenda realmente uma agenda ambiental, sociologicamente a favor dos mais vulneráveis e que caminhe nos limites democráticos. Nesse ensaio, falaremos ora em esquerda, no singular, e ora nas esquerdas, dando amplitude ao debate e aos problemas mais abrangentes da agenda, narrativa e práticas.

Essa assertiva não diz respeito ao PT propriamente dito, mas àquilo que o partido se tornou, centralizado na figura política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e no sucesso político e econômico das políticas e programas sociais que retirou, após 10 anos, o Brasil do Mapa da Fome. De certo, afirmar que o partido será a única força à direita ou ao centro provoca, mesmo em quem escreve, certa estranheza. Isso porque é impossível negar que agendas de um neoliberalismo democrático foram tocadas pelo Partido dos Trabalhadores, tanto no plano nacional quanto nos Estados.

Uma larga agenda, que envolveu reforma previdenciária, privatizações e concessões, a qual não nos impede também de ver o projeto político social desenvolvimentista, que foi empreendido com avanços infraestruturais, ampliação no acesso à água e energia (certamente, as populações rurais saberão do que estou falando), assim como melhoria da renda e elevação média dos salários. Esses dados estão organizados em acervos do IBGE, DIEESE, PNUD e em análises já consolidadas nas ciências sociais, aos quais, para fins deste ensaio, retornarmos apenas pontualmente ou quando nos servir de elementos comparativos ao contexto atual ou, propositalmente, para inferir sobre as políticas públicas dos mandatos do PT.

Essas provocações, entretanto, não são ao acaso. As alianças políticas e as articulações que desfiguraram o projeto político do PT passaram, ao longo dos anos, a ganhar adeptos da direita, nos municípios e nos Estados. Entre 2002 e 2014, o PT viu seu número de filiados oscilar, mas crescer em mais de 80%. Para eleger-se nos Estados, o PT contou com apoios da velha oligarquia, como foi o caso da Bahia (em 2006), ao derrotar Antônio Carlos Magalhães e sua dinastia política; e também no Maranhão, onde reergueu os Sarney. No sul, não foi diferente. Até hoje a foto de Lula apertando a mão e abraçando Paulo Maluf é de triste memória aos petistas e à esquerda.

O problema de nosso ensaio surgiu em um momento de agravamento da crise sanitária e de saúde pública em que, há mais de uma semana, mesmo com a vacinação em andamento, números entristecedores de óbitos, já superiores a mais de 3 mil por dia, chocam o País.

Muito embora os diversos processos de pedido de impeachment estejam na gaveta do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP),

assim como ficou na gestão de Rodrigo Maia (DEM), o Governo Federal mantém uma postura de negação dessa realidade cruel e assustadora. Não só isso, o que não seria pouco. Adicionamos a esse cenário a demora em articular uma política nacional de enfrentamento à COVID-19 e a inexistência de articulação entre Governo Federal, Estados e municípios que fragilizaram as estruturas públicas de saúde, levando à falta de insumos básicos para a sobrevivência dos pacientes internados em UTIs. Entre inúmeras negligências, destacam-se a ausência de oxigênio, seringas e luvas, bem como oferta insuficiente de medicamentos e sedativos que possibilitariam a intubação daqueles mais necessitados. Em nenhum momento, foi possível observar o Governo Federal atuando para conter a circulação do vírus⁸.

O **primeiro capítulo** anota algumas preocupações diante de uma possível volta do PT à disputa política, e, particularmente, de Lula ao jogo político. O seu retorno, e do próprio Partido dos Trabalhadores, é resultado de um duplo processo, próprio da política, portanto, nada extraordinário: resistência e resiliência. Por um lado, o PT resistiu a um ataque orquestrado pela direita, pelo capital internacional e pela grande mídia. A classe média aderiu, junto com a maior parte das classes populares, à seguinte narrativa: era preciso extinguir o PT, porque havia corrupção, projeto de poder e erros no partido.

Afirmar antecipadamente que há tudo isso mesmo, mas não é diferente em nenhum partido político que esteve no governo. E, em que pese termos uma ideia vaga ou consolidada de que “é tudo verdade”, o decurso histórico demonstrou, bem rapidamente, que “não era bem assim”, e que quem “queria acabar com tudo isso aí”, na verdade, se elegeu para realizar um projeto político cruel, corrupto e autoritário. Por outro lado, a resiliência que tomou conta da militância petista contou com enxovalhamento público, bandeiras e camisas escondidas, vozes silenciadas e enfeixamento no único projeto coletivo do partido nos últimos anos: demonstrar a inocência do ex-presidente Lula.

⁸ É um tanto mais grave quando lembramos que o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma foi movido por conta de um conjunto de movimentações para pagamento de subsídios a agricultores familiares, assentados de reforma agrária e outros programas sociais, cujo crime de responsabilidade não foi comprovado – o que ensejaria tal processo. A omissão do Congresso Nacional e sua posição, diametralmente oposta, em relação ao episódio das “pedaladas fiscais”, demonstram um compromisso político do presidente em nada fazer.

O **segundo capítulo** busca realizar um balanço das eleições de 2018. O que aconteceu ali? Essa preocupação não é de menos relevância. O presidente Bolsonaro foi eleito com uma pauta autoritária e conservadora. Ao longo do mandato, ele vem reafirmando e elogiando a ditadura, governando com o apoio e arregimentando militares à máquina pública do governo, bem como ensaiando medidas autoritárias, quando não publicamente ameaça a democracia, conclamando a população a reagir ao STF e ao Congresso, com afirmações de que “estão esticando a corda”⁹, ou em campanha pelo armamento, como na fatídica reunião de 23 de abril de 2020¹⁰. Esse discurso de ameaça também é a tônica de seus filhos (“Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta. E uma resposta pode ser via um novo AI-5”¹¹). Está na agenda política do governo Bolsonaro empreender um assalto às instituições democráticas.

No **terceiro capítulo**, exploramos uma reflexão que há muito tempo inquieta. Afinal, o que há de conservadorismo na esquerda? Ou melhor, quanto habita em nós, enquanto sociedade, do bolsonarismo? As diversas práticas sociais têm demonstrado que o conservadorismo expresso pela extrema direita habita na sociedade. Feminicídio, racismo, extermínio de jovens periféricos, subalternização de trabalhadores e populações a partir das funções sociais que exercem ou da região que habitam. Ausência ou pouco cuidado com nossos velhos e crianças, sinalizando um desgosto pela questão geracional. Ignorância e falta de substância nos ídolos esportivos, culturais e políticos. Por fim, o ódio como marca das relações, com consequente

⁹ “Estão esticando a corda. Faço qualquer coisa pelo meu povo. Esse qualquer coisa é o que está na nossa Constituição, nossa democracia e nosso direito de ir e vir.” Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-fala-em-tiranos-e-diz-que-estao-esticando-a-corda-sobre-restricoes>. Acesso em 03 abr. 2021.

¹⁰ “É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado”. A frase é do presidente em uma reunião ministerial que foi divulgada amplamente após pedido de exoneração de Sérgio Moro do Ministério da Justiça. A reunião convocada para tratar da ameaça do vírus se mostrou um escandaloso e trágico palco para ataques à democracia, às instituições do Estado, a grupos sociais excluídos, à economia nacional, e finalmente ao elogio às medidas autoritárias. Ver reunião completa em Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-as-principais-frases-do-presidente-jair-bolsonaro-durante-reuniao-ministerial-que-teve-gravacao-divulgada-pelo-stf.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/11/frases-antidemocraticas-e-referencias-a-ditadura-marcam-governo-bolsonaro-ck3fyn4ey004g01pcfnr6tcsa.html>. Aqui há uma relação de declarações antidemocráticas do governo e de seus filhos. Acesso em 05 abr. 2021.

“cancelamento” de populações inteiras da vida social, da agenda política e da troca informacional.

Esse capítulo pretende, portanto, trazer parte do problema conservador, presente na sociedade e não apenas no mundo político. Esse elemento nos parece crucial para compreendermos os tempos em que vivemos. Surge como expressão de problemas históricos não resolvidos na exploração e subjugação de grupos sociais e populacionais, e na forma como a inserção de parte desses grupos sociais e seus direitos sociais foram absorvidos nos últimos 20 anos. Sem pretender conclusões apressadas, essa dualidade tem se expressado de forma contínua, reificando exploração, autoritarismos, ódio e o dilema *Django livre*¹².

O **quarto capítulo** pergunta: por que é tão improvável a formação de uma frente ampla, necessariamente, nos moldes da *Frente Amplio*, formada no Uruguai, ou da *Frente Progressista*, responsável pela eleição de Alberto Fernandez - Cristina Kirchner, na Argentina? Era de se esperar, ao menos, uma frente que abrigasse um campo político amplo o suficiente para fazer oposição ao bolsonarismo, ao pensamento conservador e inaugurar um novo ciclo de políticas públicas no Brasil, de lastro progressista e que reinventasse o presidencialismo de coalizão sob uma nova e criativa dinâmica. Bem, não se trata de forjar “um raio em dia de céu azul”, mas de apontar um quadro explicativo da inviabilidade política de uma frente ampla no Brasil. A renovação das políticas públicas é um dos desafios para esse regresso político do Partido dos Trabalhadores.

O **quinto capítulo** trata da necessidade de repensar o desenvolvimento nacional e o enfrentamento às desigualdades com um olhar propositivo, de planejamento e de reorganização estatal para os tempos vindouros. Não buscamos, neste capítulo, realizar um inventário das políticas sociais dos governos petistas. Pinçamos algumas das principais políticas, seus impactos mais imediatos e suas fragilidades. Ainda que a renovação parta de

¹² O filme *Django Livre*, lançado em 2013, do diretor Quentin Tarantino, oferece complexas análises para pensarmos sobre as sociedades contemporâneas. Pensar o escravismo, a exploração e as torturas sofridas pelas populações negras não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo. Pensar ainda sobre as relações de poder e de subalternização social. Nesse ponto, refletimos sobre um aspecto importante: o que fazer com o poder, quando em lugar privilegiado, de mando ou força, se está?

outros elementos e possa nem vir, caso setores partidários permaneçam com olhar passadista para o mundo político, uma ausculta responsável das ações realizadas precisa ser feita para inaugurar um novo ciclo e alcançar mais pessoas.

Empreender um debate parte, assim, de um delicado regresso ao campo político, social, ambiental, cultural e econômico (Isso!). Ao vivermos imersos em contradições promovidas pelo capital, subtrair a dimensão econômica para elogiar qualquer outra dimensão social parece nos fazer viver em um planeta ainda desconhecido. As relações sociais se estabelecem no capitalismo mediante o dinheiro, trocas materiais e venda de trabalho. Com isso, não estamos, nem de longe, desconhecendo ou secundarizando as condições objetivas que cada grupo social tem para se reproduzir. Esse debate também está presente em nosso ensaio.

Uma questão irrompe: como será o mundo e o Brasil após passar esse que já é o maior desastre sanitário de toda a história nacional? No **sexto capítulo**, fizemos um breve esboço de possibilidades a partir do que se tem desenhado até aqui, no plano econômico mundial e nacional; mas também em termos políticos regionais (América Latina) e o que se ergue no horizonte como possibilidade.

A título de **notas conclusivas** compreendemos que há um longo caminho a ser percorrido pelo Partido dos Trabalhadores, hoje com mais de um milhão e meio de filiados¹³, e que se apresenta como principal protagonista da democracia nacional. Esse caminho não está explícito nem incorporado às aparições e entrevistas públicas de seus principais dirigentes. Tentaremos apontar algumas alternativas por onde trilhar esse regresso.

¹³ Segundo dados do TSE são 1.535.725 filiados (março de 2021), sendo o segundo maior partido em número de filiados em 2021. Esses dados são confirmados pelo PT em número de eleitores filiados. Em 2018, no ápice das acusações e prisão do ex-presidente Lula, o partido elevou o número de filiados para mais de 2,1 milhões, o que deu esperança em ver esses números repercutidos nos resultados eleitorais. Disponível em: www.pt.org.br e www.tse.jus.br Acesso em: 16 abr. 2021.

1.

O DELICADO REGRESSO

20

Em março de 2021, o ministro Edson Fachin “inaugurou” as eleições de 2022 e o calendário eleitoral quando, por decisão monocrática¹⁴, anulou os processos do ex-presidente Lula, concernentes ao caso do Triplex¹⁵. No dia 16 de abril, o plenário do STF confirmou a decisão e, portanto, a anulação das condenações¹⁶. A defesa pleiteava, desde 2018, essa decisão, que, em tese, impediu o ex-presidente de enfrentar Jair Bolsonaro na eleição para presidente, vencida por este candidato, conhecido por seu discurso de ódio, bravatas, agressões a mulheres e defesa do militarismo e da militarização da política¹⁷. Em sequência, a segunda turma do Supremo Tribunal Federal decidiu pela suspeição do ex-juiz Sérgio Moro, ao julgar os processos do ex-presidente Lula¹⁸. Ainda que o desenvolvimento processu-

¹⁴ A decisão monocrática é uma decisão proferida por um único magistrado, de qualquer instância ou tribunal. Diferente das decisões colegiadas, a decisão monocrática está prevista na Lei 13.105, de 2015, particularmente, em seu artigo 1.011.

¹⁵ Outros processos ainda tramitam perante o Poder Judiciário, em fase recursal.

¹⁶ Por 8 a 3 votos, o recurso da Procuradoria Geral da República foi recusado. Votaram com o relator, ministro Edson Fachin: Alexandre de Moraes, Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber. Nunes Marques abriu a divergência e foi seguido por Marco Aurélio de Mello e o presidente da corte, Luiz Fux. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>. Acesso em: 16 abr. 2021.

¹⁷ Esse mesmo candidato, que venceu as eleições presidenciais em 2018, um ano e meio antes, quando candidato a presidente da Câmara dos Deputados, teve 4 votos, incluindo o seu. Falaremos das eleições de 2018 mais à frente, nos apoiando em uma recente bibliografia e relatos de analistas da política.

¹⁸ A decisão foi confirmada em 23 de março de 2021. A ministra Carmem Lúcia, ao mudar o voto proferido anteriormente, anotou em seu voto: “Todo mundo tem o direito a um julgamento justo, com o devido processo legal e imparcialidade do julgador (...) aqui houve uma parcialidade no julgamento que impõe o que foi considerado como suspeição”.

al possa gerar novas e impressionantes reconversões, há uma sinalização de que o processo começará do zero em novos parâmetros processuais, permitindo, a tempo, a viabilidade e elegibilidade política do ex-presidente Lula.

A decisão do ministro da Suprema Corte reabriu, dessa forma, o cenário e o mercado político, delineado, nos últimos anos, pelo ataque sistemático ao Partido e aos seus políticos, pela criminalização da esquerda e, particularmente, pelo encolhimento do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais e estaduais, ano a ano. Criminalizado e distante de seu projeto partidário (e de qualquer projeto político que não fosse a liberdade do ex-presidente), o PT levou com ele o conjunto da esquerda partidária, incapaz de enfrentar a avalanche conservadora que se alastrou rapidamente por seus principais redutos eleitorais. Forjou-se socialmente o antipetismo na mesma e imprescindível medida do petismo. Concordamos com Solano, que o fenômeno petista engendrou o antipetismo acrescentando-lhe o ódio (SOLANO, 2019).

O petismo não estava escrito em lugar algum. Foi forjado como parte da estratégia de governo que fez convergir nos governos do PT o conjunto das organizações sociais, sindicais e agremiações políticas regionais, assim como as associações estudantis e de professores. As alternativas fora do governo pareciam não caber, gerando crises no seio da militância em cada ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A despeito da construção de um ambiente participativo grandioso, formado por novas e importantes arenas decisórias, espaços e instituições participativas, o governo trazia, para dentro do PT, as principais discussões sociais e políticas da sociedade, devendo passar pelo escrutínio e avaliação do diretório partidário.

A hegemonia do PT paulista e de uma tendência partidária interna, a do ex-presidente, colocava ainda de forma mais restrita a disputa política para dentro do PT, exportando a decisão para outras agremiações partidárias de esquerda e organizações da sociedade civil. O Partido mais democrático, com debate de teses, eleições internas e lutas intestinas, era também um elemento centralizador e, em diversos momentos, autoritário com as decisões de diretórios estaduais, ou dos posicionamentos de militantes. A corrente hegemônica no Partido dos Trabalhadores chamou isso de

centralismo democrático, prática que repercutia nas organizações sociais, no próprio projeto participacionista, em conselhos setoriais, etc. A tentativa de reorganizar as estruturas políticas da esquerda, amalhando os petistas descontentes e novos eleitores de esquerda, coube ao PSOL, que viabilizou novas candidaturas nos Estados e atraiu políticos tradicionais do campo da esquerda.

O Partido dos Trabalhadores, abissalmente distante da classe média e dos trabalhadores que o elegeram, em 2002, é incapaz de conseguir falar sobre o que pretendia para retomar e recompor suas estruturas partidárias regionais, permaneceu na defesa. À presidenta Dilma, coube o papel inicial de denunciar internacionalmente o golpe, porém encontrava-se enfraquecida pelo péssimo resultado eleitoral e constante ataque pelo extremismo conservador que se consolidava. Esse contexto marca também o recrudescimento do debate público na esquerda sobre política, enfrentamento às desigualdades e sobre o próprio projeto político nacional.

O governo Lula foi marcado por reformas previdenciárias, trabalhistas e privatizações localizadas, que foram ofuscadas pelo intenso e expressivo programa de superação da extrema pobreza e a agenda de internacionalização do enfrentamento às desigualdades. O fator regional, América Latina, teve, contudo, considerável impacto para o sucesso das políticas nacional-desenvolvimentistas, associadas à rearticulação do eixo sul-sul.

A crise na esquerda, por consequência, no pensamento progressista, não foi propriamente instalada com a prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018. As articulações com grupos oligárquicos rurais e urbanos, empresários e banqueiros fragilizou parte da agenda política da esquerda, que se aliou ao Partido dos Trabalhadores para eleger-se em 2002. Isso repercutiu nos municípios e unidades da federação, ajudando o Partido dos Trabalhadores e aliados a uma votação expressiva nas eleições de 2004.

Defendemos, em outros trabalhos, que há uma crise de hegemonia combinada ao *interregno* (GRAMSCI, 2004), em que nenhum dos grupos dirigentes conseguiu impor seu projeto político (CRUZ, 2020). O produto do aprofundamento dessa crise teve início não propriamente no desembarque de grupos políticos aliados, inclusive, o do vice-presidente do governo

Dilma Rousseff. Naquele episódio, marcado pela ausência de crime de responsabilidade, que seria condição para que o *impeachment* avançasse, a classe política, momentaneamente, se unificou em torno do golpe institucional.

Interesses econômicos internacionais estavam presentes no processo de impeachment, porém ainda necessitamos de algum tempo para apurar esses resultados. Parcialmente, já se sabe que a sequência de acontecimentos implicou em venda de estatais, desvalorização dos principais ativos nacionais: Banco do Brasil, Petrobrás, Eletrobrás e a desindustrialização nacional. A agenda neoliberal, para quem tinha dúvida, dedicou-se, de forma empenhada, a ampliar a precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos não somente trabalhistas, mas o conjunto de direitos políticos e sociais acumulados durante as gestões dos governos de Lula e Dilma.

É interessante que a literatura em ciência política reconheça a melhoria imediata e de médio prazo na vida precarizada de pelo menos 30 milhões de extremamente pobres e miseráveis, mas não encontre umnexo causal com as políticas públicas empreendidas ao longo desses governos e tais melhorias. As políticas de superação da pobreza foram bastante complexas, em contexto de hegemonia neoliberal, que, contraditoriamente, contou com arranjos neoliberais, ampliação da participação popular, neodesenvolvimentismo de forte atuação estatal, tentativa de aceleração rooseveltiana e, finalmente, a incorporação de parte das bandeiras dos movimentos sociais, mesmo os que não foram simbioticamente convertidos ao governo (SINGER, 2019).

O neodesenvolvimentismo (ALVES, 2018) e o social desenvolvimentismo também aparecem na literatura como reformismo fraco (SINGER, 2019), revolução passiva (VIANNA, 1997; SOUZA; COMES, 2016) e neokeynesianismo (BRESSER-PEREIRA, 2016; SINGER, 2018). Isso em nada confunde ou obscurece o fortalecimento do aparelho estatal, a ampliação dos programas protetivos, ampliação do acesso ao ensino superior, fortalecimento do consumo interno, a ampliação dos serviços públicos e o financiamento de serviços privados para populações pobres e extremamente pobres; bem como a utilização de bancos públicos para financiar o desenvolvimento, a centralização das decisões e protagonismo estatal em negociações trabalhistas, o controle cambial – ainda que tenha optado pelo câmbio flutuante.

Esse quadro apressado sobre o social desenvolvimentismo estaria incompleto se não acrescentássemos a participação popular, inserção das organizações, os movimentos e sindicatos em colegiados e conselhos setoriais, ampliando o escopo legal já previsto no texto constitucional. É esse projeto político que os governos Lula-Dilma colocaram em movimento, em maior ou menor intensidade entre os dois. Os governos trouxeram com eles, como já afirmamos, o então PL, PRB, PMDB, PP e outros partidos entre conservadores e democráticos. Ele também convidou a participar, em diversos momentos e com ênfases diferentes, as diversas matrizes religiosas para compor, de forma suprapartidária, a base política. Entre as quais, podemos citar: católicos, protestantes, evangélicos, candomblecistas e os demais adeptos das religiões de matriz africana. A própria presidenta esteve na inauguração do Templo de Salomão¹⁹.

A grande questão é se o retorno político do ex-presidente Lula e o consequente protagonismo do Partido dos Trabalhadores poderão reestruturar um novo bloco histórico capaz de reagrupar as forças políticas e impor uma hegemonia progressista. Entretanto, diferente dos partidos de direita e extrema direita, o PT não renovou seu projeto político. Toda a narrativa do PT está atrelada à superação do golpe, aos processos que agora começam a ser revisados pelo STF e ao que seus governos realizaram.

Os partidos aliados conseguiram dar visibilidade a novos políticos e novas estratégias. O PC do B nacionalizou o nome de Manuela D'Ávila e do governador do Maranhão Flávio Dino. O PSol viabilizou, de forma competitiva, a candidatura de Guilherme Boulos e Luíza Erundina à prefeitura de São Paulo, com votação expressiva, levando a disputa para o segundo turno²⁰. As últimas

¹⁹ A presidenta esteve presente no dia 31 de julho de 2014, junto com alguns de seus ministros, na inauguração do Templo Evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus, sentando-se ao lado do Bispo Edir Macedo. Esse aceno à IURD foi uma tentativa de atrair a comunicação para o governo, já que enfrentava, desde o primeiro dia de mandato, um ataque fortíssimo da maior rede de comunicação do país, a Rede Globo. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral/videos/templo-de-salomao-e-inaugurado-com-presenca-de-autoridades-do-pais-21102018>. Acesso em: 16 abr. 2021.

²⁰ Segundo o site do TSE, o candidato teve expressivos 2.168.109 votos no segundo turno. Essa votação já posiciona Boulos como candidato da esquerda em São Paulo. Segundo entrevista concedida à Folha, Boulos afirma que apoiará uma eventual candidatura de Lula, e que espera a reciprocidade do PT no Estado.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/04/exclusivo-estou-disposto-a-disputar-o-governo-de-sp-em-2022-diz-boulos.shtml>. Acesso em 05 jan. 2021.

eleições para prefeito foram vencidas expressivamente por partidos do centro²¹. Esperava-se um avanço dos partidos de extrema direita e direita nos municípios, o que não ocorreu. Também os principais analistas do processo eleitoral acreditavam que a esquerda encolheria significativamente, inviabilizando candidaturas nos Estados e mesmo no plano nacional. Esse não foi, propriamente, o resultado das eleições, as quais asseguraram, senão o crescimento em alguns Estados, a manutenção ou perda conjuntural (com troca de legenda, não impactando nas posições políticas nos municípios). As análises de momento apontaram o crescimento do DEM, MDB e PSD, cujo perfil de uma direita democrática (envernizada) foi construído de forma paulatina, à medida que se distanciou nacionalmente do presidente Bolsonaro, e fez caber em sua narrativa política o divergente e o enfrentamento ao negacionismo.

Não obstante, uma matéria assinada na Folha de São Paulo já anota que a busca de Lula, a fim de viabilizar um amplo apoio nos Estados, é pelos partidos de centro. A fim de que as legendas apoiem o seu candidato no plano nacional, o PT iniciou a busca de apoio junto ao PSB, PSD e MDB, nos Estados. Por mais simples que possa parecer,

(...) a estratégia envolve a negociação de apoios a candidatos de partidos como o PSD, MDB e PSB nos estados, tendo como contrapartida o apoio ao ex-presidente em sua tentativa em retornar ao Planalto em 2022(...). Além da eleição para o Planalto, o PT terá como prioridade reforçar sua bancada no Congresso Nacional para

²¹ Reproduzimos aqui a análise realizada pelo TSE do resultado das eleições municipais em 2020: "O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) lidera o ranking, com 8.709 eleitos (12,76%), sendo 772 prefeitos, 660 vice-prefeitos e 7.277 vereadores. O Progressistas (PP) ficou em segundo lugar, com 7.523 eleitos (11,02%), sendo 680 prefeitos, 551 vice-prefeitos e 6.292 vereadores. Em seguida, estão o Partido Social Democrático (PSD), que elegeu 6.781 candidatos (9,93%), sendo 649 para o cargo de prefeitos, 508 para vice-prefeito e 5.624 para vereador; o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 5.264 eleitos (7,71%), sendo 512 prefeitos, 416 vice-prefeitos e 4.336 vereadores; e o Democratas (DEM), que conquistou 5.199 vagas (7,62%), sendo 459 para prefeituras, 442 para vice-prefeituras e 4.298 para câmaras municipais. A lista das 10 legendas que mais elegeram candidatos para todos os cargos disputados no dia 15 de novembro inclui o Partido Liberal (PL), com 4.147 eleitos (6,08%), sendo 345 prefeitos, 364 vice-prefeitos e 3.438 vereadores; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 4.036 eleitos (5,91%), sendo 311 prefeitos, 316 vice-prefeitos e 3.409 vereadores; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que elegeu 3.498 candidatos (5,12%), sendo 250 prefeitos, 265 vice-prefeitos e 2.983 vereadores; o Partido dos Trabalhadores (PT), que conquistou 3.072 vagas (4,50%), sendo 179 em prefeituras, 258 em vice prefeituras e 2.635 em câmaras municipais; e o Republicanos, que registrou 3.008 eleitos (4,41%), sendo 208 prefeitos, 228 vice-prefeitos e 2.572 vereadores (...)." Disponível em: www.tse.jus.br Acesso em 19 abr 21.

dar maior consistência na sustentação de um eventual novo governo Lula(...) (PITOMBO, 2021, s/p)²².

As bases regionais do Partido também estão com problemas. Iremos observar, no capítulo 4, as dificuldades para a formação de uma frente ampla no Brasil, aos mesmos moldes do que aconteceu no Uruguai. Ademais, o que o Partido dos Trabalhadores propõe neste regresso não é propriamente uma frente de enfrentamento ao bolsonarismo, e sim uma coligação com partidos do centro democrático que se opõem, regionalmente, ao governo Bolsonaro. Para tanto,

(...) O plano começa com a tarefa de viajar Brasil afora para pregar contra o negacionismo de Jair Bolsonaro. Em uma das pesquisas mais recentes, a da XP/Ipespe, Lula surge com 29% das intenções de voto para 2022, tecnicamente empatado com o capitão, que tem 28%. A primeira parada de Lula deve ser no Nordeste, provavelmente com escalas no Maranhão e no Piauí, estados em que sempre teve grande penetração. Nesse périplo, fará a defesa da urgente necessidade de vacinação em massa e empurrará para o colo de Bolsonaro as milhares de mortes diárias causadas pelo Coronavírus, assim como o avanço da fome e do desemprego no país (...). (ARIAS, 2021, s/p)²³.

Ao contrário de radicalizar a democracia, como propõe Mouffe (2019), e aprofundar o reformismo fraco (SINGER, 2019) ou o social-desenvolvimentismo (CRUZ, 2020; FAUSTO, 2017; ALVES, 2016), o PT e o ex-presidente já acenam para a articulação com as mesmas bases políticas do passado, em um arranjo que não se alinha em torno de um projeto político, mas ao redor do próprio Lula e da justa oposição ao presidente Bolsonaro. Segundo Arias (2021), Lula quer mesmo que o governo Bolsonaro che-

²² FOLHA DE SÃO PAULO, 2021, acessada em 16 abr. 2021. A matéria do jornalista João Pedro Pitombo faz ainda uma análise sobre o padrão a ser adotado nos Estados, no que diz respeito às composições para eleições de governadores e senadores.

²³ Após figurar em diversas capas da revista de forma jocosa e endemonizada, o ex-presidente Lula aparece sem comentários ou ressalvas na capa da Veja. Em nossa análise há aqui uma sinalização menos de concordância com o Lula, e mais de claro descontentamento com o governo Bolsonaro. Veja mais detalhes da matéria em <https://veja.abril.com.br/politica/favorecido-por-decisao-do-stf-lula-intensifica-campanha-para-2022/>. Acesso em 16 abr. 2021.

gue ao final, porque ele seria o único a conseguir vencê-lo no pleito eleitoral, explicando sua posição e a ambiguidade do Partido no apoio aos processos de impeachment²⁴.

Ainda que pareça um problema de menor importância, já que, no horizonte, está o enfrentamento ao conservadorismo de Bolsonaro, o ex-presidente, que já está candidato, “se for necessário”²⁵, busca por políticos e partidos do centro e oligarquias políticas regionais, que podem colocá-lo, novamente, sob pés de barro. Essa busca demonstra que o golpe de 2016 não foi suficiente, como aprendizado político. Outra questão lateral é de que a ausência de um projeto político nacional, que envolva debates sobre a grande política e os grandes temas nacionais, como pobreza, desigualdades, segurança, e saúde pública, desenvolvimento rural, etc., são novamente secundarizados sob o (frágil) pretexto de existir um inimigo maior a enfrentar.

O risco de que um novo projeto progressista para o país naufrague é grande, caso a esquerda partidária e não partidária deixe de pautar os debates políticos cruciais à sociedade.

Para Singer (2019), o reformismo fraco de Lula e o reformismo rooseveltiano de Dilma não se descolaram do atraso; pelo contrário, trouxeram para o governo as bases das oligarquias nos Estados. Algumas delas já foram apagadas e mortas politicamente.

Entretanto, ao escrever este capítulo estou com imagens muito fortes de dois momentos da história recente do Brasil. A imagem da posse para o primeiro mandato de Lula, com a multidão ocupando Brasília e as ruas, as músicas, a vibração e a expectativa de mudança, que efetivamente veio para muitos pobres e ricos. A outra é a saída da presidenta Dilma, ainda que altiva, ladeada por ex-ministros, deputadas, deputados, denunciando o que estava acontecendo.

²⁴ ARIAS, Juan. Por que Lula prefere que Bolsonaro chegue politicamente vivo às eleições? EL país. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-16/por-que-lula-prefere-que-bolsonaro-chegue-politicamente-vivo-as-eleicoes.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

²⁵ Entrevista de Lula ao site Brasil 247. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/lula-diz-que-sera-candidato-se-necessario-para-derrotar-um-fascista-que-se-chama-bolsonaro> Acesso em: 16 abr. 2021.

A continuidade dos dois primeiros mandatos de Lula, surfando em uma reorganização internacional do capital, não é a mesma do que aconteceu em um mandato e meio da ex-presidenta Dilma. Tentou-se frear o rápido desgaste que o governo sofreu com a retomada do crescimento dos países centrais, a crise na periferia do capitalismo dependente e complementar, como o caso do Brasil, com uma mudança na gestão e orientação política do governo. Nem mesmo a tentativa de redução de juros, nova política industrial, desonerações, privatizações e desvalorização do real conseguiram segurar a insatisfação da classe média e dos setores da indústria.

Caso queira (e quer!) efetivamente retornar com chances potenciais de enfrentar duplamente a extrema direita e à direita envernizada (CRUZ, 2020), o ex-presidente Lula terá que debater mais profundamente com os partidos de esquerda e centro-esquerda a ampla coalizão. É fato que ele mesmo tentou essa coalizão, ao nomear o ex-ministro e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, seu sucessor para fins eleitorais, em 2018.

Fernando Haddad disputou a eleição para Lula, para o PT e para a esquerda, que viu chances reais de uma “virada” no segundo turno. Ao final da apuração seu nome, dito de várias formas nos rincões do Brasil profundo, alcançou expressivos e significativos 44,87% dos votos válidos. A grande mídia demorou para entender o que representava a eleição de Bolsonaro e, só na reta final, tentou apoiar, moderadamente, Haddad²⁶. De pouco adiantou a força renovadora da candidata a vice-presidente na chapa de Haddad, a então deputada federal Manuela D’Ávila, que desistiria de concorrer por seu próprio partido após uma abertura histórica para o cargo de vice em uma chapa presidencial com o PT.

O ex-presidente, por seu turno, também precisará discutir com a sociedade os termos deste regresso, de onde parte uma forte rejeição (o antipepetismo) quase na mesma proporção da adoração ao dirigente (não propriamente o petismo é a antípoda do antipepetismo). A cultura política nacional e a latino-a-

²⁶ Até o resultado da apuração do primeiro turno, os noticiários mantinham um formato enjoado e pernicioso de noticiar problemas relacionados a Bolsonaro e, em seguida, uma notícia de escândalo ou da prisão de Lula. Fato é que, após o eleitoral ter colocado novamente o PT no segundo turno das eleições, a imprensa passou a moderar os ataques, compreendendo e lembrando as faces do então candidato Bolsonaro.

americana nos convidam a refletir sobre a figura carismática e o poder pessoal, intransferíveis, do ex-presidente Lula. Solano (2019) nos apresenta um importante resultado de sua pesquisa, quanto ao antipetismo. Para essa autora,

(...) ficou demonstrado que o “antipetismo” foi o grande fator de coesão e mobilização social, ao longo dos anos 2015-2017, nutrindo e aumentando a base de apoio de grupos populistas de direita como o Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua ou o próprio Jair Bolsonaro, que construíram boa parte de sua popularidade na ideia de que o PT seria o partido mais corrupto de Brasil e num ataque frontal, moralista, destrutivo e demagógico contra o Partido dos Trabalhadores. Durante as manifestações de 2015, organiza-se fortemente nas ruas e nas redes uma mobilização conservadora. É importante ressaltar que estes grupos se estruturaram em torno à demanda do impeachment e em protesto contra a corrupção petista, portanto, são grupos de fato heterogêneos, mas cuja identidade coletiva se define com base em um antipetismo muito presente. Para dar números a esta afirmação, aplicamos um questionário ao grupo manifestante do dia 26 de março de 2017 em apoio à Operação Lava Jato, para entender que pautas e posicionamentos sociais, culturais e morais tinham os manifestantes como denominador comum (...). (SOLANO, 2018, p. 5-6)

Algumas questões, na forma de hipóteses, devem ser anotadas em um provável regresso do PT e de Lula ao posto mais alto da hierarquia administrativa nacional. A primeira hipótese é de que as elites econômicas se cansaram da estratégia bolsonarista para a ampliação e maximização de seus lucros. Os setores hegemônicos da elite econômica desistiram do governo Bolsonaro. As perdas provocadas pelo processo inflacionário, desmonetização, endividamento da classe trabalhadora, desaquecimento industrial, estagnação econômica, fraco desempenho nos fóruns internacionais e acordos bilaterais desagradou o que restou da indústria nacional, que via vantagens no “comunismo” do lulismo.

Por que falamos no que restou da indústria nacional? Os processos da Lava-jato e os que deles derivaram, geraram um desgaste extraordinário à indústria nacional, internamente e para o mercado internacional. Investigar a corrupção em um Estado que opera desde sempre com esse mecanismo

significa investigar todo mundo. O setor privado, mesmo participando ativamente e se beneficiando substantivamente, foi para as ruas se imiscuindo a outros setores demandantes para pedir mais apoio para a investigação, não ingenuamente. O projeto imediato era mesmo inviabilizar eleitoralmente os governos do PT e o próprio Lula.

Caberá, portanto, a Lula cativar esse setor descontente, já sabendo do seu potencial conservador, da estratégia golpista para trocar o mandatário e, principalmente, do anseio de impor nova derrota ao PT, em face a seus próprios candidatos, produto daquilo que a literatura tem chamado de direita democrática (SOLANO, 2018) e direita envernizada (CRUZ, 2020).

O governo Bolsonaro tentou se sustentar nas forças armadas, militarizando ministérios e órgãos públicos. Aliás, fora eleito em 2018 com uma agenda militar e autoritária. O plano de governo²⁷, analisado por nós, não contém nenhum elemento substantivo de democratização, mas o acirramento da sociedade em torno da militarização, armamento e individualização da vida social. Uma ala das forças armadas, entretanto, desembarcou do governo Bolsonaro em abril de 2020, logo após a fragmentação e tentativa de radicalização conservadora do presidente.

A reunião do *staff* governamental, de 23 de abril²⁸, denunciada por seu ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, demonstrou um governo atordoado e diligente em empreender ataques à democracia e ao patrimônio nacional. A nossa hipótese é a de que o alto escalão das forças armadas desembarcou do governo a partir dessa reunião, obrigando Bolsonaro a abrir mais espaço e reduzir sua agenda conservadora. O tensionamento que o presidente expressava nas entrevistas e aparições não nos parece propriamente advindo do alto escalão das forças armadas, e sim do baixo clero e oficialato saudosista do golpe de 1964. Um pequeno grupo que não conseguiu dominar o discurso a ponto de fortalecer o presidente em sua empreitada golpista.

²⁷ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 16 abr. 2021.

²⁸ Mais que *staff* de governo, a reunião ministerial encontrou-se para avaliar a crise provocada pela Pandemia e as ações para contenção do avanço do vírus. O que se assistiu em termos de política pública foi uma afronta à República, às instituições e às populações que demandavam mais serviços públicos. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-transcricao-dos-trechos-da-reuniao-ministerial-destacados-pelo-stf/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, tentará demonstrar que a recomposição da economia nacional passa por um novo ciclo neokeynesiano. Dificilmente, algum país latino-americano deixará de alinhar-se ao novo governo Biden. Pelo que representou a vitória sobre Donald Trump, por seu discurso democrático e integrador, mas, principalmente, porque o governo Biden propõe uma agenda neokeynesiana para retomar seu desenvolvimento e enfrentar a hegemonia econômica chinesa. O PT já adota, desde o primeiro governo Lula, um discurso que se assemelha ao neokeynesianismo, abandonado logo após o golpe na presidenta Dilma.

Também há uma crença, entre os principais economistas e políticos que influenciam as decisões do ex-presidente Lula, que o Estado deve financiar o desenvolvimento, mesclando uma agenda política que permita o fortalecimento da indústria nacional e a ampliação do consumo interno, com manutenção da exportação e câmbio controlado.

Parece-nos claro que, quando o novo projeto de desenvolvimento for apresentado, será alicerçado nas mesmas bases do programa de governo, iniciado em 2002. Não nos parece haver, entretanto, uma agenda renovada do ciclo desenvolvimentista, senão pelo fato de, passados 20 anos desde a eleição para o primeiro mandato, a sociedade já não é mais a mesma.

O conservadorismo tem retornado de forma explícita, em diversas dimensões ao que antes era velado. Há um conservadorismo agressivamente ativo na sociedade. A comunidade brasileira negou, até bem recentemente, a existência de racismo como elemento estruturante nas relações sociais e em sua própria formação histórica.

Ainda que não seja exclusividade da classe média, essa categoria, amorfa e difusa, caracterizou-se pelo espectro conservador ao longo dos anos 2000, em um movimento crescente, que encontrou e se somou à elite econômica, a setores políticos da extrema direita, anseios militares e, finalmente, aos partidos derrotados nas últimas eleições ou que foram obrigados, conjunturalmente, a submeter-se a Lula e Dilma.

A classe média, então, antes eleitora e entusiasta do PT e de Lula-Dilma, passou não apenas a dar força e substância à oposição, como também passou a expressar seu conservantismo de classe, ódio aos pobres e desejo

nascente de voltar a desfrutar da exclusividade no acesso ao bens e serviços públicos e privados (SOUZA, 2018; SANTOS, 2017; FAUSTO, 2017; AVRITZER, 2016; SAFATLE, 2017). Tanto nos estudos do “calor da hora” quanto a posteriori, os autores identificam o papel crucial das classes médias (no plural) no crescente e indelével sentimento exclusivista da modernização. Modernização no, com e para o atraso, diríamos exagerando nas preposições e na análise. O exagero é mais que necessário, já que, paradoxalmente, os governos que se sustentaram, inicialmente, no voto das classes médias (NICOLAU, 2019) passaram a servi-las e delas depender para manutenção das regras do jogo democrático. Essas classes divulgaram, de forma até transparente, seu ódio não apenas à democracia como também às populações nordestinas, negras periféricas, mulheres, homossexuais, etc.

Esse conservadorismo se expressou de forma muito agressiva a partir das conquistas, por meio de setores mais populares e categorias de trabalhadores que serviam particularmente às classes médias. A crise instalada a partir da aprovação, por exemplo, da PEC das domésticas foi interminável e até hoje padrões se queixam de não poder trazer mais aquela “menina do interior para trabalhar em casa de família”, e fazer um favor a ela “para estudar”²⁹. Esse pensamento foi o mesmo para os serviços de pedreiro, eletricista, parceleiro, jornalista e agricultor meeiro, entre outros que foram “abandonados” pelas classes populares para ampliar conhecimento e valorização de mão-de-obra. O desejo das classes ricas e médias, em continuar trocando trabalho por comida ou por um “refrigerante”, aos poucos foi sendo substituído por profissionalização e legislação vigilante, impeditivas dessa prática neo-escravista.

Para as classes médias, no cômputo geral, elas perderam mais do que ganharam com os governos do PT. Utilizando-se da narrativa mais abrangente e difundida na mídia de massa, mas também por grupos de WhatsApp, o olhar voltou-se para Lula e o PT como principais algozes das perdas sociais, econômicas, exclusivistas e hierárquicas sofridas (SOUZA, 2018). O encontro com o discurso conservador já tinha sido assistido nas manifestações e nas mobilizações de 2013 (ALONSO, 2017), como também

²⁹ Frases comuns nos empregadores domésticos, sobretudo das classes médias e ricas.

em todos os protestos de rua, deixando claro o “partido” das classes médias em suas disputas políticas (ABRANCHES, 2019).

Ainda que tantos outros exemplos empíricos possam caracterizar essa falácia socialmente aceita, optamos por enxergar de perto um evento: a abertura do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma. Na abertura do processo da ex-presidenta Dilma, assistimos um dos mais vergonhosos momentos do parlamento brasileiro, não somente pelo que os parlamentares votaram, ou seja, crime sem crime; mas também pelo que se expressou em nome da sociedade. Esse trágico cenário, assistido com fogos e comportamento de manada nas ruas das principais cidades do país, foi, de fato, aterrador. O sentimento de que não poderíamos ir tão fundo no conservadorismo e obscurantismo social, expresso nas motivações dos votos, nos interesses pessoais, familiares e, finalmente, na conversão religiosa que, “de repente”, tomou conta do Estado. Ora, essa presença estava na sociedade e no parlamento, que como casa “representativa” do povo, expressou esse perfil, coerente com o cidadão médio.

Esse perfil conservador, apesar de sempre presente, se apresentou nas manifestações de 2013 e 2015, criando

a possibilidade política e social para os grupos neoconservadores e de direita radical, é acelerada e propiciada pelo contexto nacional que surge pós 2013 e se agrava em 2015 com as primeiras manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff e que, até o momento, vai fertilizando o cenário para grupos populistas de direita que, em nome da luta contra a corrupção, aproveitaram a conjuntura para se colocarem como alternativa política (...) (SO-LANO, 2018, p. 4-5).

As expressões mais contundentes dos interesses privados, conservadores e não republicanos estão nos discursos de justificativa do voto. A religião é um motivador forte das explicações para o voto contra a ex-presidenta (PRANDI e CARNEIRO, 2017). O voto do eleitorado e no parlamento.

De fato, acontecimentos e registros históricos não nos faltam, quanto ao que há de conservadorismo na sociedade brasileira. Morte e extermínio da população jovem negra, mais exposta às contradições sociais e na pon-

ta da lança do capital, com empregos precarizados ou suscetíveis ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Feminicídio, em números degradantes, senão desumanos. Isto é, uma larga expressão conservadora que, como nos lembra Solano (2019), esperava, à espreita, uma oportunidade para aparecer. A sociedade brasileira nunca resolveu a escravidão (SAFATLE, 2017). As políticas de equidade, o politicamente correto e a ascensão de grupos sociais a novos patamares econômicos e de consumo não desceram à goela desses setores.

Filosoficamente e sociologicamente, o Partido dos Trabalhadores precisa compreender que “não é sobre você, PT!”. O Partido dos Trabalhadores é o maior representante de classe já existente na história nacional, em termos quantitativos. Ocupou um lugar que já fora do PTB de Getúlio Vargas e do PCB, de Luís Carlos Prestes. Considerando que o PTB tinha, assumidamente, um caráter pluriclassista e o PCB atingiu, em 1947, o importante número de 200 mil filiados, o PT é, numericamente, muito superior, por congregar 1.535.725 filiados.

34

Entretanto, a diversificação do operariado, a própria fluidez do emprego e da classe trabalhadora, colocaram o PT como um partido supraclassista, modificando várias vezes seu estatuto na tentativa de se viabilizar de forma mais ampla e alcançar os trabalhadores em geral. A hegemonia política, construída a partir de seus militantes, governos municipais e estaduais, bem como na força e habilidade política de seu principal representante nacional, o ex-presidente Lula, credita o Partido dos Trabalhadores a falar em nome e por toda a esquerda.

Porém, não é sobre o PT! A classe trabalhadora urbana e rural se complexificou, assim como a realidade, e “falar em nome” da classe trabalhadora não parece ter escuta substantiva, nem mesmo entre a esquerda. Cada categoria social encontrou seu porta-voz. E mais: na ausência e silenciamento do PT em questões cruciais à sociedade, o partido se organizou como força política para reagrupar e cobrar direitos. A dependência dos partidos de classe para viabilizar os direitos políticos parece ter ficado na década de 1980; no máximo, no início dos anos 1990, quando a onda de movimentos sociais resultou em mandatos de vereadores, prefeitos e governos estaduais petistas e no campo da esquerda.

A esquerda, necessariamente, precisa ampliar a agenda para além do Partido dos Trabalhadores e Lula. E, por sua vez, o PT e Lula precisam reconhecer a parcialidade de sua existência e amplitude, não apenas filosófica, como também empírica, dando espaço, lugar e habitando outras formas políticas de governar nos quadros da esquerda democrática.

Como anverso e verso, “É só sobre você, PT!”, e não poderia ser diferente. Ninguém que viveu o Brasil, entre os anos 2003 e 2015, passou indelével aos governos Lula e Dilma. Do mesmo modo, no campo da esquerda. A ampla coalizão desse campo, o envolvimento das organizações sociais e políticas, a articulação e a concertação entre os adversários políticos, espectro participacionista com a efetivação de fóruns, conselhos e colegiados no processo decisório são apenas parte de todo o empreendimento político realizado para o envolvimento das organizações e da sociedade em geral. Tudo isso foi empreendido com a vontade política do PT e com o empenho e participação pessoal dos ex-presidentes Lula e Dilma.

Do mesmo modo, o conjunto político das transformações sociais não são desprezíveis. Se recortarmos esse conjunto de transformações, promovidas por meio de políticas públicas substantivas, analisando apenas o mundo rural, veremos o quanto mudou. Em que pese não ter realizado a política agrária prometida, reforma agrária e demarcação de terras, além de continuar subsidiando o latifúndio monocultor, o governo empreendeu uma mudança real ao meio rural.

Ainda que esse seja um dos capítulos de nosso ensaio, antecipamos nossa tese central: o Partido dos Trabalhadores e os governos Lula-Dilma não foram ainda suficientemente elogiados pelo que realizaram em termos de políticas sociais e estruturantes. Não nos referimos aqui ao elogio abstrato ou partidário, pois sim, esse foi suficientemente feito. Estamos atentos para o comportamento das classes populares, tantos beneficiários e públicos das políticas sociais que melhoraram de vida. Nem mesmo o eleitor pragmático deveria ter esquecido, em memória tão curta que temos, as realizações desses governos. Sader (2013) organizou uma obra de vulto pouco referenciada, sintoma de um casuísmo da academia em não apontar os sucessos e inovações de nosso mundo político.

Água para todos, Luz para todos, Universidades, Centros de pesquisa, Ciências Sem fronteiras, Ampliação em 280% do Pronaf, Minha Casa Minha Vida, Programa Bolsa Família, UPAs, SAMU, CRAS, Brasil Carinhoso... Esse conjunto inovador de políticas públicas não pode ser apenas apagado. E passaríamos a comentar ainda a participação popular, os conselhos e colegiados, as medidas e leis de combate à corrupção, ao racismo e à violência doméstica.

Deixando a vergonha de lado, pelo que fez e pelo que não fez, Lula-Dilma, e particularmente o ex-presidente, como também o Partido dos Trabalhadores, podem transformar essa construção em novo paradigma, desde que deixem de lado o melindre e consigam escutar. Por essa razão, o ex-presidente Lula tem plena certeza de que a sociedade lhe dará uma nova oportunidade e crédito suficiente para empreender a disputa presidencial, com lastro político nos Estados e municípios.

O Partido dos Trabalhadores construiu um importante lastro político na sociedade desde sua fundação. O conjuntural antipetismo desfaz as conquistas que os trabalhadores tiveram nos governos Lula-Dilma e, de um modo geral, a ampliação do Estado de Bem-estar Social. A trajetória política do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma, o rigor desta última com o combate à corrupção e o enfrentamento às oligarquias (SINGER, 2019; AVRITZER, 2019) não apenas a isolaram como insultaram o projeto político do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, o aprendizado social e o resultado aumentado, enormemente, pelo quadro da pandemia do COVID-19, é a aposta mais relevante do ex-presidente Lula para empreender nova corrida presidencial, iniciar as articulações, autorizar a elaboração do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil³⁰ e, finalmente, reagrupar antigos aliados ao seu redor.

Nas aparições em *lives*, entrevistas e depoimentos, o ex-presidente tem recebido uma importante escuta social, “likes” e repercussão internacional de seus discursos e inserções. Recentemente, em uma entrevista com o jornalista Reinaldo de Azevedo, Lula recebeu mais acessos do que um pro-

²⁹ Fundação Perseu Abramo, 2020. O documento foi publicado em 2020 com os principais nomes e intelectuais do PT, trazendo como subtítulo: Outro mundo é preciso, outro Brasil é necessário.

nunciamento presidencial³¹. Há interesse social em Lula, e o ex-presidente sabe desse lastro político, capaz de o colocar em movimento rapidamente.

Essa experiência e vivência à frente da gestão do Estado brasileiro aparenta conferir ao Partido dos Trabalhadores e ao próprio ex-presidente prioridade na corrida palaciana. Após quatro mandatos à frente da máquina estatal, o PT assenta que conhece os caminhos necessários para empreender um regresso político substantivo e com envolvimento de setores importantes da sociedade.

Um dos principais problemas de gestão é o desconhecimento da máquina pública. Sendo assim, é muito comum ouvir de gestores nos Estados, órgãos e empresas públicas que é melhor convidar alguém que “conheça a máquina”, ou que “já esteja rodando”. Esse perfil de dirigentes, dado o alto número de cargos de confiança na administração pública, é realmente importante. As administrações dos ex-presidentes Lula-Dilma conhecem a estrutura do Estado brasileiro “por dentro”, como costuma-se dizer na administração pública. Nesse sentido, conhecer reduz o tempo de resposta no empreendimento das ações necessárias para manter e fazer funcionar a seu modo a máquina de governo.

Isso também diz respeito ao serviço público. Conhecer os gargalos, as bandeiras e os problemas das categorias, como também a dinâmica, permite ao gestor maior mobilidade entre os atores políticos e entidades representativas, qualificando-o para maior efetividade nas negociações e respostas eficazes às demandas destas diversas categorias sociais.

Por último, os atores externos e que gravitam no sistema político pressionam ou distensionam os governos, facilitando a vida dos gestores. São poderes subnacionais, empresários com potencial comunicativo e poder de influenciar a mídia, os setores de comunicação, investidores e corporações de classe. Esses diversos grupos sociais fazem funcionar o sistema político por fora.

²⁹ Para a íntegra da entrevista, acessar <https://www.youtube.com/watch?v=vlvjciPQrQ4>. Dados levantados pela revista Época apontam que houve uma audiência 18 vezes maior do que a live do presidente Bolsonaro. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/live-de-lula-registra-audiencia-18-vezes-maior-do-que-bolsonaro-24952257>. Acesso em: 16 abr 2021.

Poderá, portanto, se oportunizar o isolamento internacional do presidente Bolsonaro, já que, enquanto o bolsonarismo se isolou politicamente no plano internacional, os governos Lula-Dilma ampliaram a articulação multipolar, garantindo ao Brasil pautar uma agenda internacional contra a pobreza e contra a fome.

A estratégia de colar o bolsonarismo ao trumpismo naufragou no Brasil. No plano internacional, o negacionismo, os ataques aos acordos internacionais de paz e preservação ambiental isolaram o Brasil em política internacional, sem que se soubesse de um ganho efetivo com essa estratégia; nem mesmo os governos de direita e ultradireita no mundo aderiram ao governo Bolsonaro. No cenário regional, o governo Bolsonaro estrangulou as relações com parceiros históricos, fragilizou o bloco continental do Mercosul, e, finalmente, ameaçou democracias latino-americanas com as Forças Armadas.

O reverso disso foi o governo Lula-Dilma. A busca por articulação do eixo sul-sul, o agendamento global em torno do enfrentamento à fome e à miséria, a política de integração latino-americana, para ficar nesses exemplos, possibilitou a internacionalização da política nacional e a conquista de novos mercados para o empresariado nacional, indústria naval e da construção civil e mesmo dos programas nacionais de apoio à agricultura familiar e combate à fome. No plano regional, promoveram ambos uma crescente política de integração e solidariedade com as populações latino-americanas. Por último, a criação do BRICS e do Banco do BRICS deu visibilidade e notoriedade política aos governos Lula e Dilma, posicionando o Brasil entre as seis maiores economias do mundo.

Essas são as hipóteses iniciais e ideias para que pensemos o regresso político do PT e do ex-presidente Lula ao mundo da disputa político-partidária. Sendo assim, há chances reais de que seja o protagonista da esquerda, conseguindo amealhar setores de centro, centro-esquerda e mesmo da direita democrática para a disputa presidencial. O exercício democrático, contudo, passa pelo exercício interno também, da escuta e do debate dialético, como em tempos de chão de fábrica, agora para novos públicos.